

## EIXO 3 – POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### DISCURSOS SOBRE GLOBALIZAÇÃO: REFERÊNCIAS PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Diógenes Arruda Ferreira (UFPE)

[diogenes.arruda@gmail.com](mailto:diogenes.arruda@gmail.com)

#### RESUMO

O artigo aborda o fenômeno da globalização como um processo multifacetado em que os aspectos culturais, econômicos e políticos se complementam e interpenetram. Parte dos estudos de Hall sobre a centralidade da cultura, das discussões de Dale sobre a relação entre global e local, e de Gomes sobre o discurso como *locus* da expressão das políticas, para estabelecer articulações entre cultura, linguagem e discurso como possíveis ferramentas teóricas para compreender o desenvolvimento de políticas públicas educacionais no atual processo de expansão da pós-graduação no Brasil.

**Palavras-chave:** Cultura; Discurso; Globalização.

#### INTRODUÇÃO

Partindo da discussão de Stuart Hall (1997) sobre a centralidade da cultura no campo das ciências sociais, e utilizando a ligação entre aquilo que ele denomina de “virada cultural” e a globalização como um fenômeno social multifacetado, procuramos avançar neste artigo para uma interpretação da globalização como um fenômeno político-econômico e, principalmente, cultural do capitalismo.

No contexto dessa referência teórica inicial, tratamos duas importantes contribuições sobre questões que julgamos relevantes para o debate acerca das políticas educacionais contemporâneas no contexto da globalização. Num primeiro momento, a partir do texto “Políticas públicas, discurso e educação” de Gomes (2011), procuramos estabelecer um *link* entre linguagem, discurso, e o debate sobre o desenvolvimento de políticas públicas para a educação no contexto da globalização enquanto modelo/paradigma vigente do capitalismo atual. Num segundo momento, situamos os aspectos levantados por Hall na tentativa de percebê-los em suas articulações com as políticas para a educação no contexto da globalização, utilizando para isto o estudo de Dale (2004) sobre o estabelecimento de uma possível Cultura Educacional Mundial Comum.

A partir do percurso sinalizado, e tendo estabelecido alguns argumentos que sustentam essa perspectiva multifacetada de globalização em que os aspectos culturais, econômicos e políticos se complementam e interpenetram, e tendo trabalhado a importância disto no desenvolvimento de políticas públicas para a educação, finalizamos o artigo situando possibilidades de estudo acerca do desenvolvimento de políticas para o atual processo de expansão da pós-graduação no Brasil.

### **Discurso, Política e Globalização**

E por que escolhemos discutir sobre a percepção que vem sendo construída sobre um tema tão abrangente quanto à globalização nos debates do campo da política da educação? Enquanto mestrandos pertencente a um núcleo dedicado ao estudo da política e gestão da educação, temos percebido a recorrência desse tema nos debates, tantos de escopo macro, voltados às contextualizações dos processos históricos do capitalismo, quanto de escopos micro, em que as análises sobre políticas de um determinado espaço geográfico não deixam, em maior ou menor medida, de estarem relacionadas aos fenômenos que se estendem para além das delimitações locais. O crescente destaque que vem sendo dado às localidades dentro do contexto global, como é possível notar em discussões apresentadas por autores como Roger Dale, Boaventura de Sousa Santos e Stuart Hall, traz ao tema globalização um papel essencial para os estudos de políticas públicas voltadas à educação.

Sem menosprezar os aspectos subjetivos, culturais ou os debates ideológicos presentes na constituição da educação como uma política pública social, não podemos negar, também, a importância que fatores econômicos possuem no desenvolvimento e orientação das agendas das políticas educacionais. O uso recorrente de termos como produtividade, gestão e formação para o mercado, é uma demonstração de como os fatores econômicos vem marcando os discursos nessa área. Não queremos com isso romantizar os modelos educacionais de períodos históricos anteriores como se os mesmos também não fossem impregnados por um forte discurso de base economicista, como tão bem podemos perceber no uso dos argumentos forjados no âmbito da teoria do capital humano expressos nos discursos das políticas educacionais formuladas a partir de meados dos anos de 1960 até o final da década de 1970; o que buscamos aqui trazer é que há uma forte presença do vocabulário da administração e da economia na composição dos discursos das políticas públicas para a educação e nos debates

que tentam construir um significado único para a globalização, bem como no uso dessa terminologia pelo senso comum, expressões que são muitas vezes incorporadas no discurso oficial numa dimensão normativa. Gomes afirma que:

Por tudo isso, o traço mais característico de uma política pública diz respeito ao debate e a disputa sobre a organização da sociedade, pelo que se traduz sua dimensão teleológico-normativa. Daí afirmar que não existe política (pública) sem participação e não existe participação sem discurso. Os objetivos e todo o detalhamento das políticas públicas não podem ser expressos a não ser no e por meio do discurso. Portanto, não existem políticas públicas fora do discurso. (GOMES, 2011, p. 22-23)

Se não existem políticas públicas fora do discurso, e se através do discurso percebemos a dimensão ontológica de uma determinada realidade social bem como a disputa pela legitimação de um paradigma em detrimento de outro, podemos afirmar, portanto, que há uma grande influência na compreensão/construção de uma realidade social à medida que um discurso se vê ou se faz predominante. Um vocabulário conceitual que se vê predominante em discursos nos quais as políticas públicas ganham materialidade tem, assim, uma maior probabilidade de ter partes de sua perspectiva ontológica sendo absorvidas pelo senso comum em uma determinada realidade social, através dos conceitos que buscam legitimar uma possível interpretação dessa mesma realidade. É, portanto, um cenário em que discurso e disputa de poder são profundamente relacionais e articulados.

Diante disto, percebemos que a associação entre globalização e educação para o senso comum tem por centralidade a esfera econômica e, mais recentemente, a administrativa, ainda que as vivências e práticas sociais da globalização sejam multifacetadas. Essa perspectiva econômica tende a perceber o global como unidade. Assim, integrar-se ao mercado global passa a significar perder de vista os limites ilusórios das fronteiras territoriais e nacionais. O crescimento da interdependência econômica entre países traz a imagem de um mercado de proporções planetárias agindo como um organismo único, ainda que marcado por uma competitividade desigual. Mas tal desigualdade não sublinharia um paradoxo? Como algo que é apresentado como uno pode ser marcado pela desigualdade? Santos nos apresenta uma resposta a essa contradição ao formular a globalização sob duas formas:

A primeira forma de globalização é o localismo globalizado. Consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fast food* americano ou da sua música popular, ou a adoção mundial das leis de propriedade intelectual ou de telecomunicações dos EUA. À segunda forma de globalização chamo globalismo localizado. Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos

transnacionais. Tais globalismos localizados incluem: enclaves de comércio livre ou zonas francas; desflorestamento e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; uso turístico de tesouros históricos, lugares ou cerimônias religiosos, artesanato e vida selvagem; dumping ecológico [...] (SANTOS, 1997, p.109-110)

Ao apresentarmos a resposta desse autor não procuramos criar uma espécie de maniqueísmo entre local e global, mas sim ressaltar a relação dialética entre essas duas dimensões, além de enfatizar a associação do crescimento do papel do local nos debates sobre globalização que tem sinalizado para uma mudança paradigmática, iniciada no curso da segunda metade do século XX, na qual há uma reconfiguração dos modelos explicativos voltados à compreensão das relações entre os aspectos culturais, políticos e econômicos nas sociedades contemporâneas.

### **Virada cultural e globalização para além da economia**

Para contextualizar essa virada conceitual, denominada também de virada cultural, recorremos ao argumento de Hall, que nos mostra que esta, a cultura, ao atingir um lugar de destaque no que diz respeito às explicações sobre questões de teor social, não tem pretensão de suplantar as dimensões política e econômica, mas de destacar que a cultura perpassa, inclusive, os diversos níveis constitutivos dessas dimensões. Essa relação se dá também de forma recíproca, pois estes dois campos influenciam a cultura e, assim, impõem limites no que se refere à dimensão da cultura como um elemento fundamental nas explicações do campo social. Hall define cultura e a relação entre linguagem e discurso da seguinte forma:

A “virada cultural” está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas as quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas. O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. (HALL, 1997, p. 25)

Não queremos, no entanto, limitar cultura às dimensões da linguagem, mas ressaltamos a importância da linguagem e do discurso como elementos permeados por aspectos culturais. Se as políticas públicas se materializam por meio do discurso, fica clara a importância da cultura na construção dos processos de regulação e nas relações de poder. As

interações existentes entre a cultura e outras forças – como a econômica, por exemplo – exercem influência determinante no controle dos elementos subjetivos das relações entre os atores sociais, e isto acaba por marcar o desenvolvimento de instrumentos de regulação na relação entre Estado e Mercado. Se, como afirma Stuart Hall (1997), nossa conduta e ações são moldadas, influenciadas e reguladas normativamente pelos significados culturais, torna-se possível afirmar também que a regulação da cultura e a regulação através da cultura são íntima e profundamente interligadas.

A partir do exposto, buscamos avançar numa interpretação conceitual da globalização vendo-a não apenas como um fenômeno econômico e político, mas também cultural, posto que a cultura tornou-se ponto fundamental para a compreensão das relações político-econômicas, ressaltando que no desenvolvimento de políticas públicas, em que o local e o global convivem dialeticamente, é através da relação entre cultura e discurso que podemos perceber a globalização como um fenômeno multifacetado, com uma grande variedade de atores sociais em interação e rico em contradições.

### **Globalização como espaço plural**

A localidade se faz forte à medida que a globalização passa a ser percebida através da perspectiva cultural. Se dentro do conceito de Estado Nação estava implícita a identidade social da população que se inseria nesse ou naquele espaço geográfico, ressaltando aqui a importância que as fronteiras político-geográficas possuíam para a delimitação dessa identidade, na virada cultural do século XX essa identidade se coloca a luz de um novo prisma. Quando falamos da queda dos Estados Nações não devemos perceber tal afirmação como a decadência de um povo ou o término de um regime; trata-se da ressignificação da identidade de continentes populacionais diversos em que a variedade cultural não consegue mais ser encerrada na unicidade do termo nacional.

Quando adotamos a perspectiva de que a globalização, ao diluir simbolicamente a força das fronteiras político-geográficas, cria uma unicidade cultural, construímos a ideia de que passamos a constituir um Estado Nação único de proporções globais, de identidade social-cultural única, regulados por uma entidade político-econômica única, o mercado. Ora, então como situamos nesse quadro as lutas indígenas nas Américas, a questão da inserção da Turquia na união europeia, o conflito entre Palestina e Israel, as guerras étnicas no continente Africano, os conflitos entre Índia e Paquistão, a segregação entre a etnia *Han* e as demais etnias chinesas, entre tantos outros exemplos? A ideia de nação nesse contexto torna-se

anacrônica, bem como se torna falsa a concepção de globalização como unicidade sociocultural.

E se, nesse contexto, sujeitamos a política pública educacional aos enquadramentos da lógica gerencialista é inevitável que transportemos todas essas contradições também para o debate desse tema. Para contribuir com esse argumento tomamos a análise de Roger Dale sobre uma possível Cultura Educacional Mundial Comum como exemplo de um discurso de unicidade global e das contradições desse discurso. No contexto da União Europeia a Cultura Educacional Mundial Comum (CEMC) traz consigo a lógica de que os Estados são assumidos como instituições inseridas no seio de uma sociedade de proporções transnacionais e de aspectos culturais homogêneos, sendo assim, as políticas desenvolvidas nesses Estados tenderiam a refletir os valores e demandas presentes nesta cultura mundial (ocidental) comum. E na educação o reflexo de tais ideias estaria na relativa homogeneidade apresentada em currículos escolares de países diversos. Sobre esta lógica o autor argumenta:

O caso empírico avançado em apoio do argumento da CEMC é adequado para demonstrar que alguns aspectos dos sistemas educativos se fundam em “guiões” comuns. Isto não justifica as pretensões de um “currículo mundial”, se por isto quisermos significar que o conteúdo dos programas de todos os Estados-nação é o mesmo. (DALE, 2004, p. 455)

É contraditório, portanto, assumir que as disparidades entre as forças políticas e econômicas que influenciam a formação dessa suposta cultura global sejam capazes de conceber uma política educacional única sem ferir a identidade social de diversas populações, bem como sem que se apresentem disputas de poder pela hegemonia dessa suposta homogeneidade.

### **Considerações finais: possibilidades para pensar a expansão da pós-graduação no Brasil no contexto da globalização**

O quadro desenvolvido até aqui procurou avançar para além de um tratamento da globalização como um processo tirânico, posto que essa ótica não atende às necessidades de elaboração de explicações que abarque toda a complexidade desse fenômeno. Tão pouco foi objetivo deste ensaio, traçar uma análise crítica sobre tecnologias administrativas no desenvolvimento de políticas no contexto da globalização. Mas, se há problemas centrais que

perpassam as sociedades e os Estados capitalistas tanto em sua escala global, quanto na local<sup>1</sup>, tentamos aqui, ao final desse texto, ressaltar a necessidade do olhar local na construção de políticas públicas em que o processo de globalização exerce grande influência nos discursos bem como nas metas traçadas, como é o caso da Educação, com importantes impactos sobre a organização da sociedade mediante a imposição de discursos que representam modelos/paradigmas que assumem a hegemonia no capitalismo atual.

Assim, ao focalizar no cenário teórico esboçado acima a questão das políticas públicas educacionais e, mais especialmente, das políticas que sustentam o projeto de expansão da pós-graduação no Brasil, na atualidade, se sobressai o fenômeno da regulamentação para a criação dos mestrados profissionais.

Ao tratar dessa questão, autores como Santos e Azevedo (2010), Cevallos (2011), entre outros, têm destacado que os fundamentos que demarcam a criação dessa nova modalidade de curso se pauta pela lógica de mercado e por uma nova ênfase na formação técnica de caráter profissionalizante que, como afirma Cevallos (2011), traz entre suas prioridades o atendimento do compromisso para mesclar competitividade e produtividade às empresas e melhorar a gestão dos setores sociais do governo e demais organizações.

Esse enfoque que parece expressar o discurso dominante das políticas para a educação no presente contexto da globalização, especialmente no que se refere à educação superior, dá continuidade, com novas nuances, à antiga relação entre desenvolvimento tecnológico e científico e as demandas do mercado, pois se em certa medida no período anterior, especialmente, no final dos anos de 1980 e 1990, a academia possuía um papel mais autônomo no desenvolvimento técnico-científico, paralelo ao desenvolvimento do mercado, dentro do novo horizonte da globalização, são as demandas do mercado mundial que norteiam o desenvolvimento técnico-científico. As instituições de ensino, portanto, passam a assumir um papel de fornecedor dos elementos necessários para a inovação e o desenvolvimento, trabalhando através de mecanismos que se voltam ao atendimento das demandas de mercado, da competitividade e do lucro, em outras palavras, sustentam suas ações em um arcabouço conceitual característico da perspectiva mercadológica.

Tal perspectiva tem se expressado também no nível da pós-graduação, a partir dos anos de 1990, e principalmente dos anos 2000, quando as políticas educacionais de pós-graduação sofreram mudanças em seus direcionamentos, passando a predominar, também nesse caso, a perspectiva de competitividade. Nesse cenário, destacaram-se o grande

---

<sup>1</sup> DALE, 1982.

crescimento dos cursos de pós-graduação lato sensu e dos cursos de MBA, que se tornaram fonte de renda para muitas IES, principalmente as privadas, além da criação dos mestrados profissionais pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1998, que tem crescido ano a ano.

Na área da Educação, o crescimento dos mestrados profissionais também tem se verificado, especialmente naquelas áreas que apresentam uma articulação mais próxima com as ciências exatas e da natureza, como é o caso da área de ensino de ciência e de ensino da matemática, conforme evidencia em seu estudo Cevallos (2011). No caso dessa última, segundo Cevallos (2011), esta corresponde a 43% dos 30 programas que atuam com mestrado profissional na área de ensino.

Para compreender esse fenômeno é preciso compreender que a Pós-graduação no Brasil sempre esteve diretamente articulada às políticas de desenvolvimento nacional, sendo considerada fundamental para o planejamento econômico tanto no curto quanto no longo prazo.

Esse é um ramo da educação brasileira que o Estado tem se ocupado desde o período da ditadura militar, dedicando recursos financeiros e administrativos significativos com o intuito de garantir a qualidade de sua oferta, bem como de seus frutos por meio de produção de pesquisas, de novas tecnologias e de profissionais de alta qualificação.

Portanto, a posição que a pós-graduação brasileira tem assumido como ponto central das políticas de desenvolvimento nacional, desde sua origem nos anos de 1960 até a atualidade, pode vir a se constituir numa chave analítica importante para compreender, no presente, de que modo os discursos sobre o desenvolvimento das nações no contexto da globalização determinam, ou orientam, o modelo de pós-graduação adotado, destacando-se nesse processo a ênfase dada ao lugar da formação técnica e da tecnologia como fundamentos para a inovação visto como motor do desenvolvimento econômico e social mundial.

Marcado por um discurso em que a inovação tecnológica se torna o foco do novo desenho institucional para a pós-graduação *stricto sensu*, exemplificado de forma mais efetiva por meio da criação dos mestrados profissionais, este traz a tona, agora com uma nova ênfase, a importância de formação científica e técnica como fundamento para alimentar inovação, a produtividade e a competitividade no mercado global.

Assim, entre as intensivas ações do governo militar no âmbito da pós-graduação brasileira em busca do desenvolvimento da pesquisa científico-tecnológica e da qualificação profissional como fundamento para o desenvolvimento econômico nacional, até as suas reconfigurações atuais, conforme análise de autores como Santos e Azevedo (2009) e



Cevallos (2011), a pós-graduação assume novos contornos, mantendo-se, no entanto, a ênfase na sua importância para o desenvolvimento nacional.

Essa constatação nos mostra como os ideais de desenvolvimento econômico e sociopolíticos tem permeado os direcionamentos e atribuições dados à pós-graduação. Neste contexto de surgimento (ou seria melhor institucionalização por parte de Estado) da pós-graduação, a noção de avanço tecnológico surgia, nas suas origens, como a meta central para uma sociedade a qual se atribuía a estagnação econômica e o atraso tecnológico como características a serem sanadas. Pela lógica tecnicista, tanto de instituições civis quanto militares, a ciência (principalmente as naturais e as exatas) e a tecnologia eram postas como armas fundamentais no confronto das práticas políticas patrimonialistas, em um modelo econômico centralmente agrário e em que o coronelismo e o clientelismo ainda marcavam as práticas sociais.

Dessa forma, a pós-graduação surgia como ponta de lança no confronto ao atraso, juntamente com a modificação do modelo econômico agrário para um modelo econômico industrial. A busca pelos exemplos das tecnologias estrangeiras para a construção da base nacional se dá tanto na amplitude acadêmica, quanto na industrial ou política.

Quando no interior do modelo burocrático de administração estatal ganha uma maior relevância o papel das tecnologias de gestão de pessoas e do patrimônio público, as ciências sociais aplicadas, que tinham no setor privado um forte campo de atuação, ganham destaque enquanto desenvolvedoras de novas tecnologias fundamentais a um Estado que tem por estigma a ineficiência. Os atributos de eficiência, produtividade, inovação e aplicabilidade ganham maior importância para a caracterização da grande área das humanidades, posto que esta, enquanto um grande ramo das ciências deverá também estar preocupado com o desenvolvimento da sociedade na qual sua produção se vê inserida. E nesse contexto, a educação ganha novo fôlego e novos contornos.

No cenário atual, os fundamentos que demarcam a criação dos mestrados profissionais pautados pela lógica da competitividade de mercado, faz ressurgir uma nova ênfase na formação técnica de caráter profissionalizante, sem desprezar aspectos importantes do discurso anterior. Afirma-se, portanto, a intenção de fazer um novo modelo de pós-graduação paralelo ao modelo existente, em função da necessidade de considerar as novas demandas de formação de profissionais para atuarem diretamente no mercado. Na Portaria N°80/1998, publicada pela CAPES, se destaca o Art. 6° da Portaria ao afirmar que “os cursos da modalidade tratada nesta portaria possuem vocação para o autofinanciamento. Este aspecto deve ser explorado para iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio de suas atividades”.

Esse discurso deixa evidente a expectativa de que os mestrados profissionais desenhem um novo percurso institucional, saindo de uma dimensão acadêmica voltada para a formação de pesquisadores e professores, para uma dimensão de mercado, pautado agora numa vinculação direta com as necessidades das empresas.

Segundo Ribeiro (2005), ao afirmar que a criação do Mestrado Profissional, traz entre suas prioridades o atendimento do compromisso para mesclar inovação, competitividade e produtividade às empresas e melhorar a gestão dos setores sociais do governo e demais organizações, evidencia a necessidade de resposta que esse novo modelo formativo deverá dar, por meio do investimento na formação técnica voltada à profissionalização, para atender ao mercado. Esse parece ser, portanto, um dos fundamentos da criação dos mestrados profissionais, aspecto que tem sido muito criticado por alguns e elogiado, na mesma proporção, por outros. Fica evidente, portanto, a presença de visão centrada no ponto de vista do mercado no desenvolvimento desta linha de formação acadêmica, o que torna legítimo e necessário à transposição da problematização e dos questionamentos levantados por Ball (2001) e por Dale (2004), para o cenário da política da educação superior brasileira, bem como o direcionamento analítico que estamos dando para a questão.

Como articular, nesse contexto, os ditames de uma perspectiva globalizante, em que o mercado é a referência fundamental para a organização da educação superior e para a sua utilização como estratégia importante para o desenvolvimento nacional, agregando ao mesmo tempo valores e necessidades locais? Este é um desafio que já se expressa de forma efetiva na criação dos mestrados profissionais, como se pode perceber, por exemplo, na área da educação marcada por conflitos e embates quanto à questão.

O que se percebe, portanto, é que os direcionamentos normativos orientadores da organização do modelo de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil se torna, assim, um espaço fortemente demarcado pelo enfrentamento acerca de diferentes projetos de sociedade que se expressam em diversos espaços institucionais.

Ao afirmar o desejo de buscar respostas para a problemática colocada acima, é nossa intenção avançar nessa discussão e enfrentar um desafio que deve nos conduzir para discussões mais aprofundadas. Assim, podemos afirmar que tendo em mente o forte vínculo entre a educação superior e as políticas de desenvolvimento econômico, torna-se necessário ampliar o debate no contexto teórico proposto neste ensaio para tentar compreender, por exemplo, como o desenvolvimento de políticas voltadas a expansão do ensino superior no Brasil se comportará diante do crescimento do papel brasileiro nas arenas políticas globais.

## Referências

- CEVALLOS, I. **O mestrado profissional em Ensino da Matemática e o desenvolvimento profissional de professores: um desafio institucional.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2011. Tese de Doutorado
- DALE, R. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”?** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/agosto 2004.
- GOMES, A. M. **Políticas públicas, discurso e educação.** In *Políticas pública e gestão da educação.* Mercado das Letras, Campinas, 2011.
- HALL, S.. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.2, n.4, p. 8-15, 2005.
- SANTOS, A. L. F e AZEVEDO, J. M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 42 set./dez. 2009
- SANTOS, B. S. **Uma concepção multicultural dos Direitos Humanos.** São Paulo. Revista Lua Nova (CEDES), n.39, 1997, p. 105-124.